

## RESENHA

RÔLA. Kitt (Org.). **Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios**. Fortaleza: IMAC, 2021.

*José Walber Rufino Tavares\**

**RESUMO:** O Atendimento Pré-Hospitalar (APH) é componente essencial da atenção às urgências e emergências, pois reúne as primeiras intervenções organizadas diante de agravos agudos, traumáticos e clínicos. Em situações tempo-dependentes, o tempo-resposta pode ser decisivo para o desfecho entre sobrevivência e óbito. Por ocorrer fora do ambiente hospitalar, o APH exige competências técnicas específicas em cenários frequentemente instáveis, com riscos ambientais, limitação de recursos e necessidade de decisões rápidas. Nesse contexto, tornam-se indispensáveis a padronização de condutas, a formação continuada e a integração efetiva do cuidado em rede. Esta resenha científica analisa o e-book *Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios*, organizado por Kitt Rôla, considerando sua estrutura editorial, seus eixos temáticos e suas contribuições para o campo do APH no Brasil. A obra reúne 21 capítulos e articula dimensões históricas, normativas e técnico-operacionais, oferecendo compreensão integrada do APH como prática especializada e componente estruturante da política pública de atenção às urgências. Destacam-se como contribuições a sistematização do percurso institucional do serviço, a valorização da regulação médica como eixo organizador da assistência e o enfoque formativo voltado ao ambiente extra-hospitalar. Como limite, observa-se a ausência de análises quantitativas e avaliações comparadas, aspecto coerente com a proposta didática do livro.

**Palavras-chave:** atendimento pré-hospitalar; urgência e emergência; formação profissional; regulação médica; rede de atenção às urgências.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v9i23.360>

Recebido em 14 de fevereiro de 2026.

Aprovado em 2 de abril de 2026.

\* Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1188-709X> . CV Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1882537474774968> .



## EMERGENCY PRE-HOSPITAL CARE scenarios and challenges

**ABSTRACT:** Pre-hospital Emergency Care (PHEC) is an essential component of urgent and emergency care, as it encompasses the first organized interventions provided in response to acute, traumatic, and clinical conditions. In time-dependent situations, response time may be decisive in determining outcomes between survival and death. Because it occurs outside the hospital environment, PHEC requires specific technical competencies in frequently unstable scenarios, involving environmental risks, limited resources, and the need for rapid decision-making. In this context, standardized protocols, continuing professional training, and effective integration of care within the healthcare network become indispensable. This scientific review analyzes the e-book *Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios*, edited by Kitt Rôla, considering its editorial structure, thematic axes, and contributions to the field of PHEC in Brazil. The book comprises 21 chapters and integrates historical, regulatory, and technical-operational dimensions, offering a comprehensive understanding of PHEC as a specialized practice and a structuring component of Brazil's public urgent care policy. Its main contributions include the systematization of the service's institutional development, the emphasis on medical regulation as an organizing axis of care, and an educational focus on out-of-hospital settings. As a limitation, the book does not provide quantitative analyses or comparative evaluations of care models, which is consistent with its didactic purpose.

**Keywords:** pre-hospital emergency care; urgent and emergency care; professional training; medical regulation; emergency care network.

## 1. INTRODUÇÃO

O Atendimento Pré-Hospitalar (APH) integra o conjunto de ações da urgência e emergência e ocupa posição central na resposta inicial a agravos agudos, traumáticos e clínicos. Na prática, trata-se do primeiro nível de cuidado organizado diante de situações em que o tempo constitui variável determinante para o desfecho. Em ocorrências como parada cardiorrespiratória, politrauma, choque, queimaduras extensas, intoxicações, afogamento e emergências clínicas graves, a intervenção primária, ainda na cena do sinistro, pode significar a diferença entre sobrevivência, sequelas permanentes ou óbito. Nesse sentido, o APH não se limita ao transporte, mas configura-se como componente assistencial estruturado, voltado à estabilização, à redução de morbimortalidade e ao encaminhamento seguro do paciente à rede de referência.

A atuação fora da unidade hospitalar impõe condições operacionais específicas e frequentemente adversas. A cena apresenta variáveis instáveis, riscos ambientais, limitação de recursos, presença de múltiplos envolvidos e necessidade de decisões imediatas sob pressão. Esse cenário exige competências que ultrapassam o domínio clínico, incluindo avaliação situacional, biossegurança, gestão de cena, comunicação efetiva, liderança operacional e integração com centrais de regulação e com os demais componentes da Rede de Atenção às Urgências. Assim, a qualidade do APH depende simultaneamente de capacitação técnica, padronização de condutas e organização institucional, sob risco de fragmentação assistencial e perda de efetividade.

Apesar de sua relevância estratégica, o APH no Brasil consolidou-se de forma progressiva e marcada por desafios estruturais, normativos e formativos. O campo envolve disputas de competências, diferenças regionais na organização do serviço, heterogeneidade de protocolos e lacunas persistentes na formação de profissionais para o ambiente extra-hospitalar. Essa realidade torna necessária a produção de obras que sistematizem conhecimentos, organize marcos históricos e normativos e apresentem conteúdos técnicos aplicáveis, de modo a contribuir para qualificação e uniformização de práticas.

É nesse contexto que o e-book *Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios*, organizado por Kitt Rôla, reúne 21 capítulos que abordam dimensões históricas, normativas e técnico-operacionais do APH no Brasil. Para tanto, a obra contempla desde a evolução do serviço e sua organização institucional até temas diretamente vinculados à prática assistencial, com foco em urgências clínicas, trauma e cenários complexos, o que reforça sua utilidade como material de consulta e atualização.

Em suma, este trabalho objetiva analisar criticamente a estrutura do e-book, seus principais eixos temáticos e sua contribuição para o campo do APH, considerando seu potencial formativo e sua aplicabilidade para estudantes, profissionais e gestores. A análise busca situar a obra no debate sobre qualificação, regulação e consolidação do atendimento pré-hospitalar como componente estruturante da atenção às urgências, destacando sua pertinência no contexto contemporâneo dos serviços de emergência.



## 2. O ORGANIZADOR E O PROPÓSITO DA OBRA

O e-book *Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios* (Rôla, 2021) tem como organizador Cristiano Walter Moraes Rôla Júnior (Kitt Rôla), apresentado como médico emergencista e docente na área de urgência. No prefácio, o organizador ancora a proposta editorial em sua trajetória profissional, afirmando ter acumulado “mais de 30 anos” de atuação e, sobretudo, ter acompanhado “desde o início” o processo de implantação e consolidação dos serviços de atendimento pré-hospitalar no Brasil (Rôla, 2021, Prefácio).

A motivação declarada para organizar a obra é explicitada como um esforço de registro sistematizado de uma experiência histórica e institucional. Rôla afirma que, por ter participado dessa trajetória desde seus primeiros movimentos, decidiu “documentar com riqueza de detalhes” o percurso do setor, relatando dificuldades, evolução e conquistas observadas ao longo de três décadas (Rôla, 2021, Prefácio). Dessa forma, o prefácio cumpre dupla função: contextualiza o leitor quanto à gênese do APH no país e sustenta a legitimidade do projeto editorial a partir de uma posição de testemunho técnico-profissional.

No mesmo texto introdutório, o organizador destaca a condição inicial do APH como campo pouco desenvolvido no âmbito formativo, ao apontar que, por décadas, os profissionais de saúde eram “treinados e preparados exclusivamente para atuar dentro das unidades de saúde”, sem preparo equivalente para intervenções em cenários extra-hospitalares (Rôla, 2021, Prefácio). O prefácio associa essa lacuna a consequências práticas relevantes, registrando que “muitos pacientes com patologias clínicas faleciam antes de chegar aos hospitais” e que pacientes politraumatizados eram conduzidos sem a técnica e a organização que viriam a caracterizar, posteriormente, o atendimento pré-hospitalar estruturado (Rôla, 2021, Prefácio). Assim, a obra se apresenta como resposta a um problema concreto: a discrepância entre demandas do território e a preparação tradicionalmente hospitalocêntrica.

O propósito do *e-book*, contudo, não se limita ao registro histórico. O organizador explicita uma finalidade pedagógica ao afirmar que, “mesmo diante da importância desse serviço”, persistiria nos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação uma “carência de aprofundamentos” sobre atendimento pré-hospitalar (Rôla, 2021, Prefácio). A partir desse diagnóstico, a obra é descrita como instrumento de qualificação e de consulta, visando reduzir a distância entre a relevância estratégica do APH e sua presença ainda insuficiente na formação formal.

Coerentemente, Rôla afirma que o e-book foi concebido para “ser usado como um livro de consulta” por estudantes e profissionais que atuam — ou desejam atuar — no atendimento a pacientes no ambiente pré-hospitalar (RÔLA, 2021, Prefácio). A proposta editorial, portanto, articula a memória de implantação do APH com uma intenção formativa imediata: oferecer um repertório temático capaz de apoiar a prática e favorecer a consolidação do atendimento pré-hospitalar como campo que demanda capacitação continuada, organização e sistematização do conhecimento.

Do ponto de vista de resenha científica, chama atenção a forma como o prefácio constrói um argumento de autoridade baseado em experiência longa e acompanhamento histórico (“desde o início”; “mais de 30 anos”), ao mesmo tempo em que identifica um problema educacional persistente (“carência de

aprofundamentos”) e define um uso prático para o e-book (“livro de consulta”). Essa tríade (experiência + diagnóstico + destinação) opera como eixo de legitimação do projeto editorial, delimitando o público-alvo e o lugar do livro no campo: menos como obra apenas comemorativa e mais como material de apoio formativo para um setor em consolidação.

### 3. ESTRUTURA DA OBRA E ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA

O e-book *“Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios”* foi publicado em 2021 pela IMAC, em Fortaleza, com 461 páginas, em edição ilustrada e colorida, sob o ISBN 978-65-993219-9-3 (Rôla, 2021). Os Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) confirmam essas características ao descrever a obra como “461 p.: il., color.”, reforçando sua proposta de material didático, com forte apelo visual, e não apenas técnico-textual (Rôla, 2021).

Do ponto de vista editorial, o volume se apresenta como coletânea organizada por Kitt Rôla, reunindo uma cadeia de produção explicitada nos créditos (organização, direção editorial, normalização bibliográfica, diagramação/capa), sinalizando cuidado com padronização e apresentação formal do conteúdo (Rôla, 2021). A obra é estruturada em 21 capítulos, conforme indicado no sumário, com capítulos numerados e tematizados (Rôla, 2021). Essa extensão e segmentação sugerem uma intenção de cobertura ampla do escopo do atendimento pré-hospitalar, contemplando tanto dimensões institucionais quanto conteúdos assistenciais.

A organização temática é apresentada de modo progressivo. O sumário evidencia, inicialmente, capítulos de contextualização histórica — por exemplo, o Capítulo 1, intitulado “História do serviço de atendimento pré-hospitalar no Brasil e no mundo...” (Rôla, 2021). Em seguida, surgem conteúdos de natureza organizacional e normativa, como o Capítulo 3, “Introdução à regulação médica das urgências”, e o Capítulo 4, “Organização e legislação do atendimento pré-hospitalar” (Rôla, 2021). Esse encadeamento estabelece, desde o início, o vínculo entre prática do APH e seus eixos estruturantes (história, regulação e legislação).

Na sequência, predominam capítulos voltados a competências clínicas e operacionais do atendimento em campo, com temas nucleares para a prática emergencista. O sumário inclui, por exemplo, “Vias aéreas e ventilação básica e avançada” (Cap. 8) e “Choque e controle de hemorragias” (Cap. 9), além de módulos centrados em trauma e agravos relevantes ao cenário pré-hospitalar (RÔLA, 2021). Na parte final do volume, também aparecem capítulos direcionados a eventos críticos específicos, como “Desastres e incidentes com múltiplas vítimas” (Cap. 15), “Transporte inter-hospitalar” (Cap. 16), “Reanimação cardiopulmonar: visão no trauma” (Cap. 18), “Afogamento” (Cap. 19), “Conduta do paciente queimado no atendimento pré-hospitalar” (Cap. 20) e “Intoxicações e envenenamento” (Cap. 21) (Rôla, 2021). Esse recorte confere ao livro utilidade tanto para situações prevalentes quanto para ocorrências de maior complexidade operacional.



Em termos de avaliação crítica, o desenho editorial tende a evitar dois riscos comuns na literatura de APH: (a) reduzir o campo a um manual de procedimentos desconectado do sistema; ou (b) tratar o APH apenas como arranjo institucional, sem densidade técnica aplicada. Ao articular capítulos que começam por pressupostos históricos e organizacionais e avançam para temas clínico-operacionais (por exemplo, vias aéreas, choque/hemorragias e cenários de desastre), o volume reforça a compreensão do APH como prática que depende simultaneamente de conhecimento técnico, regulação, legislação e arranjos de rede (Rôla, 2021). Nesse sentido, a obra se consolida como material com vocação formativa e consultiva, especialmente por integrar dimensões que, na prática, se interdependem no processo decisório do atendimento pré-hospitalar.

#### 4. O APH COMO PROCESSO HISTÓRICO E COMO POLÍTICA PÚBLICA

Um dos eixos centrais do e-book consiste em tratar o Atendimento Pré-Hospitalar (APH) como fenômeno histórico e institucional, cuja consolidação decorre de processos militares, sanitários e de organização de serviços. A obra não restringe o APH ao domínio técnico, mas o apresenta como construção progressiva, influenciada por conflitos armados, experiências internacionais e reorganizações do Estado, o que permite compreender o serviço como parte da evolução das políticas públicas de saúde e urgência (Rebouças *et al.*, 2021, p. 12-13).

No plano histórico, o capítulo inicial remonta ao século XVIII ao citar Dominique Jean Larrey, cirurgião militar associado à sistematização dos cuidados iniciais prestados no campo de batalha e à criação de estruturas de transporte que antecedem o conceito moderno de ambulância. Essa referência é utilizada como marco para situar o nascimento da assistência imediata como resposta organizada à mortalidade evitável em situações de trauma (Albino; Riggenbach, 2004, *apud* Rebouças *et al.*, 2021, p. 12).

A obra também destaca o papel das guerras do século XX na aceleração do desenvolvimento do atendimento pré-hospitalar moderno. Em especial, menciona-se a influência da Guerra do Vietnã ao evidenciar que profissionais não médicos, quando treinados e organizados sob protocolos, poderiam ampliar a sobrevivência de vítimas traumatizadas, sobretudo diante da inviabilidade de presença médica constante em todas as frentes operacionais (Rebouças *et al.*, 2021, p. 12). Esse argumento reforça o entendimento de que o APH moderno se estruturou em torno de tempo-resposta, padronização e capacidade de estabilização precoce (Rebouças *et al.*, 2021, p. 20).

No contexto brasileiro, a obra descreve a formação de um modelo híbrido, resultante da combinação de elementos do modelo norte-americano e do modelo francês. Essa trajetória culmina na adoção de um formato mesclado, ajustado às peculiaridades nacionais, cuja expressão institucional mais evidente se materializa no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), estruturado como política pública e componente da atenção às urgências. O livro registra, ainda, que, antes da regulamentação federal, o atendimento mais organizado era realizado, em muitos estados, pelo Corpo de Bombeiros,

frequentemente como principal alternativa estruturada de APH, sobretudo em ocorrências em via pública (Rebouças *et al.*, 2021, p. 13).

Esse conjunto de elementos permite concluir que o APH brasileiro se consolidou não apenas como prática assistencial, mas como política pública em construção, marcada por disputas de competências e por limites estruturais descritos na literatura mobilizada pelo capítulo. Nesse processo, observa-se que o setor de segurança pública, em determinados contextos, assumiu função compensatória diante de insuficiências do setor saúde, reforçando a dimensão intersetorial e a complexidade do campo (Martins, 2004, *apud* Rebouças *et al.*, 2021, p. 14).

## 5. A BASE NORMATIVA E A CENTRALIDADE DA REGULAÇÃO

O *e-book* *Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios* apresenta o Atendimento Pré-Hospitalar (APH) com uma ideia central que atravessa toda a obra: urgência não é terreno para improviso. O APH não se consolida como política pública apenas pela necessidade social ou pela dramaticidade do socorro. Ele se firma como serviço de Estado quando há norma, desenho institucional, padronização e comando clínico-organizacional.

Essa tese aparece de forma consistente nos capítulos voltados à história do APH, à regulação médica e à organização e legislação. Ao reconstituir o processo brasileiro, a obra evidencia que a política de urgência se estruturou por regulamentação progressiva, definindo responsabilidades, organizando componentes e orientando a montagem de redes regionais. O texto registra, por exemplo, que, em 2002, o Ministério da Saúde, “ciente da necessidade de implantação de um serviço médico móvel”, promulga a Portaria nº 2.048/2002, estabelecendo normas, critérios de funcionamento, classificação e cadastramento, além de temas estruturantes como regulação médica, APH móvel, atendimento hospitalar, transporte inter-hospitalar e Núcleos de Educação em Urgências (Rebouças *et al.*, 2021).

Aqui, vale sublinhar o sentido político-administrativo do ato: a Portaria nº 2.048/2002 não é apenas um documento normativo, ela é o ponto de amarração que busca reduzir a dispersão de modelos e induzir coerência institucional. Em termos práticos, a portaria define um padrão mínimo para que o APH deixe de ser um mosaico desigual de experiências locais e passe a operar como sistema.

Na sequência, o *e-book* destaca a instituição da Política Nacional de Atenção às Urgências (PNAU) pela Portaria nº 1.863/2003, explicitando que a política nasce para estruturar uma rede regionalizada e hierarquizada de cuidados integrais às urgências, buscando descentralizar a assistência concentrada em prontos-socorros (Rebouças *et al.*, 2021). O texto é direto ao afirmar que a PNAU foi promulgada “considerando a necessidade de estruturar uma rede de serviços de forma regionalizada e hierarquizada” (Rebouças *et al.*, 2021).



Ainda em 2003, a Portaria nº 1.864/2003 institui o componente pré-hospitalar móvel, dando origem ao SAMU 192 em municípios e regiões de todo o território brasileiro. O e-book reforça que esse processo, embora decisivo, inicia-se com “baixa cobertura populacional” e “insuficiente oferta de serviços” adequados à legislação vigente (Rebouças *et al.*, 2021).

Esse ponto, aliás, é importante para uma leitura crítica: a obra não romantiza a implantação. Ao contrário, ela sugere que o avanço normativo precedeu a capacidade instalada, e que a expansão foi sendo construída com assimetrias, dependente de financiamento, adesão regional e capacidade de gestão.

Em 2011, a política passa por novo redesenho, com a Portaria nº 1.600/2011, que revoga a PNAU e institui a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE). O e-book descreve que a RUE define componentes, articula pontos de atenção e reforça a lógica de rede, com integração entre promoção e prevenção, atenção básica, SAMU 192 e Centrais de Regulação, salas de estabilização, UPA 24h, hospitais e atenção domiciliar (Rebouças *et al.*, 2021).

A mensagem é inequívoca: o APH não opera sozinho. Ele depende de retaguarda, de portas de entrada, de referência hospitalar, de pactuação de fluxos e de capacidade real de resposta do sistema. Sem isso, o serviço móvel corre o risco de virar apenas deslocamento, quando deveria ser cuidado qualificado em rede.

Nesse arcabouço, a regulação médica surge como o eixo que organiza o sistema. E o e-book não trata regulação como acessório. Trata como comando. No capítulo sobre central de regulação, registra-se que a Portaria nº 2.048/2002 define as funções e competências do médico regulador, enquanto a Portaria nº 2.657/2004 orienta as atribuições da regulação médica das urgências, operacionalizada pelas Centrais de Regulação Médica (Dias; Rôla Júnior; Vasconcelos, 2021).

Mais do que isso, o e-book explicita a natureza do processo regulatório, ao afirmar que a regulação médica se orienta pelo “acolhimento, avaliação e priorização dos casos”, garantindo atendimento “por ordem de necessidade e não por ordem de chegada” (Dias; Rôla Júnior; Vasconcelos, 2021).

No conjunto, o e-book sustenta uma conclusão robusta: o desempenho do APH não deve ser medido apenas pela velocidade da ambulância, mas pela capacidade do sistema operar com comando clínico, com protocolos, com integração e com rede. Sem regulação efetiva, a urgência se fragmenta. E, quando a urgência se fragmenta, a conta chega, em sequelas evitáveis, em óbitos preveníveis e em desgaste institucional.

## 6. A DIMENSÃO TÉCNICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No plano técnico-operacional, o e-book “*Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios*” reúne conteúdos diretamente conectados às demandas mais frequentes e mais críticas do Atendimento Pré-Hospitalar (APH). A obra organiza, de forma deliberada, um conjunto de capítulos que vai dos fundamentos do suporte básico e avançado de vida a cenários complexos, nos quais a equipe precisa combinar raciocínio rápido, padronização de condutas e tomada de decisão sob pressão, quase sempre em ambiente de recursos limitados.

Essa intenção formativa não é apenas inferida, ela está explicitada no prefácio, quando o organizador afirma que a obra “apresenta capítulos que descrevem a história e evolução do serviço de Atendimento Pré-hospitalar (APH), e temas relevantes e atualizados”, projetando-se como livro de consulta para estudantes e profissionais que atuam, ou desejam atuar, no ambiente extra-hospitalar (Rôla, 2021).

O *e-book* parte de um ponto que, na urgência, é decisivo: o atendimento pré-hospitalar acontece em tempo crítico, frequentemente sem acesso imediato a exames complementares e com necessidade de avaliação clínica rápida, definição de prioridades e implementação de intervenções que podem alterar o desfecho do paciente ainda na cena. Esse recorte, por si só, já diferencia o APH de outras áreas da assistência, porque ele exige técnica, método e disciplina operacional, não apenas boa vontade.

Ao observar o sumário, percebe-se que a seleção temática não é aleatória. Ela evidencia um roteiro pedagógico orientado para a prática, com ênfase em agravos de alto impacto e em competências essenciais ao atendimento emergencista. Entre os tópicos, destacam-se capítulos diretamente vinculados ao trauma e às emergências clínicas com maior potencial de mortalidade evitável, como cinemática do trauma, segurança da cena e biossegurança, atendimento inicial ao politraumatizado, vias aéreas e ventilação básica e avançada, choque e controle de hemorragias (Rôla, 2021).

Esse ponto é relevante, porque, na prática, o transporte ainda é frequentemente compreendido de modo reducionista, como simples deslocamento. O livro, ao incluí-lo como capítulo específico, sinaliza o que o cotidiano do APH já ensina: transporte é etapa assistencial crítica, que envolve monitorização, manutenção de vias aéreas, estabilidade hemodinâmica e prevenção de deterioração clínica. Da mesma forma, a reanimação no trauma exige compreensão integrada de fisiopatologia, tempo-resposta e priorização de intervenções, sendo, portanto, tema indispensável em obras voltadas ao ambiente pré-hospitalar.

A obra contempla ainda agravos específicos e recorrentes no contexto extra-hospitalar, como afogamento, conduta do paciente queimado no APH, intoxicações e envenenamentos, além de cenários críticos como desastres e incidentes com múltiplas vítimas (Rôla, 2021).

A inserção desses temas é tecnicamente pertinente porque tais ocorrências apresentam particularidades clínicas e operacionais que exigem condutas próprias, frequentemente associadas a risco ambiental, necessidade de proteção da equipe e tomada de decisão em campo. E, no caso de desastres e múltiplas vítimas, o livro acerta ao reconhecer que a lógica operacional muda: sai o foco exclusivo no indivíduo, entra a triagem, a organização logística, a coordenação de recursos e a comunicação interinstitucional.

Do ponto de vista formativo, esse conjunto temático favorece o desenvolvimento de raciocínio emergencista aplicado, porque articula avaliação inicial, intervenção precoce, continuidade assistencial e integração com a rede. Ao mesmo tempo, cumpre um papel que o próprio organizador sublinha no prefácio: preencher lacunas históricas de formação, já que, por décadas, profissionais eram preparados apenas para atuar dentro das unidades de saúde, “não tendo nenhuma formação para atender pacientes no ambiente extra hospitalar” (Rôla, 2021).



Em síntese, a dimensão técnica do *e-book* fortalece sua função como material de consulta e instrumento de formação continuada. A obra contribui para qualificar a prática, reforçar a padronização de condutas e consolidar uma cultura profissional compatível com o que o APH exige: decisão rápida, técnica sólida, e compromisso com protocolos em um cenário onde imprevisto, muitas vezes, custa caro.

## 7. ANÁLISE CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES

Como obra de caráter formativo, o e-book “*Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios*” se destaca por assumir uma postura didática sem perder densidade técnica. O livro não pretende ser tratado teórico, nem relatório institucional. Ele se apresenta, de forma objetiva, como material de consulta, e esse posicionamento editorial é coerente com sua estrutura e com a linguagem adotada (Rôla, 2021).

Entre as contribuições mais relevantes, está a capacidade de organizar, em sequência lógica, temas que costumam aparecer dispersos na formação em urgência, especialmente quando se trata do cenário extra-hospitalar. A obra oferece ao leitor uma trilha de aprendizagem que vai do entendimento do campo, passa por fundamentos operacionais e desemboca em situações clínicas e traumáticas de maior complexidade, o que favorece não apenas a consulta pontual, mas também o estudo progressivo (Rôla, 2021).

Outro mérito é a amplitude do recorte temático, ao contemplar não apenas o trauma clássico, mas também situações específicas que desafiam o serviço pré-hospitalar por suas peculiaridades clínicas e ambientais, como afogamento, queimaduras, intoxicações e envenenamentos, além de incidentes com múltiplas vítimas (Rôla, 2021).

Esse ponto é importante porque o cotidiano do APH não se resume ao “acidente de trânsito”. O livro, ao incluir esses agravos, reforça uma visão mais realista do serviço e amplia o repertório técnico-operacional do leitor.

No campo da formação, a obra também tem valor por registrar um problema estrutural que ainda repercute na prática. O organizador afirma que, por muito tempo, profissionais de saúde foram treinados apenas para o ambiente intrahospitalar, sem preparação adequada para atuar fora das unidades de saúde (Rôla, 2021).

Essa observação, embora simples, tem peso analítico: ela ajuda a explicar por que o APH, mesmo quando existe, nem sempre opera com o mesmo padrão técnico em diferentes regiões, e por que a padronização de condutas e a educação permanente não são luxo, mas necessidade.

Quanto aos limites, percebe-se que a obra, por opção editorial, não investe em aprofundamento metodológico, como análise comparativa de modelos, avaliação de custo-efetividade, indicadores de desempenho, ou discussão de evidências a partir de séries estatísticas. Esse tipo de abordagem, mais comum em artigos científicos e relatórios de gestão, não é o foco do livro. E isso precisa ser dito com honestidade crítica.

Ainda assim, o limite não reduz a relevância do e-book, porque ele cumpre exatamente o que se propõe: sistematizar conteúdos essenciais, organizar uma base de consulta e contribuir para a formação e atualização profissional no campo do atendimento pré-hospitalar (Rôla, 2021)

Em síntese, trata-se de uma obra útil, tecnicamente pertinente e didaticamente bem estruturada, com contribuição direta para qualificação do trabalho em urgência no cenário extra-hospitalar. Seu alcance é maior quando lido como instrumento de formação e padronização, e não como produção voltada à pesquisa avaliativa ou à discussão acadêmica de alta densidade metodológica.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O e-book “*Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios*” apresenta-se como uma coletânea ampla, de vocação formativa e caráter aplicado, voltada ao campo do APH no Brasil. Ao reunir, em um mesmo volume, capítulos que percorrem desde o desenvolvimento histórico do serviço até conteúdos técnico-operacionais específicos, a obra oferece ao leitor um repertório consistente para compreender o APH como prática especializada e como parte estratégica da atenção às urgências (Rôla, 2021).

O livro cumpre um papel importante: ele aproxima o leitor do cotidiano real do atendimento extra-hospitalar, sem reduzir o tema a uma lista de condutas. Há, na estrutura editorial, uma tentativa clara de organizar o conhecimento de modo progressivo e funcional, favorecendo consulta e estudo, especialmente para quem atua em cenário de tempo crítico, com recursos limitados e necessidade de decisões rápidas.

Um mérito relevante é o enfoque explícito na formação profissional. O organizador reconhece, no prefácio, que por décadas os profissionais eram treinados “exclusivamente para atuar dentro das unidades de saúde”, sem formação para atender pacientes “no ambiente extra hospitalar” (Rôla, 2021).

Essa afirmação, além de contextualizar a origem do projeto editorial, reforça o sentido prático da obra: ela se propõe a preencher lacunas, apoiar a capacitação e contribuir para a qualificação do trabalho no APH, especialmente em um campo onde o erro custa caro e a padronização não é detalhe, é segurança.

Como limite, observa-se que o e-book, por ser uma coletânea orientada à consulta, não se dedica a aprofundar análises quantitativas, indicadores de desempenho do sistema, avaliações comparadas de modelos assistenciais ou discussões metodológicas próprias de pesquisas avaliativas. Esse recorte, contudo, não compromete o valor do trabalho, porque é compatível com o propósito apresentado pelo organizador, ao definir o livro como instrumento de consulta para estudantes e profissionais (Rôla, 2021).

Trata-se de leitura recomendada a estudantes, profissionais da saúde, integrantes de serviços de urgência e emergência e gestores interessados em qualificação técnica e organização do cuidado no ambiente pré-hospitalar. O e-book contribui para consolidar uma compreensão mais realista e sistematizada do APH, reforçando sua relevância estratégica para a preservação da vida e para a efetividade da política pública de atenção às urgências.



## REFERÊNCIAS

- ALBINO, R. M.; RIGGENBACH, V. Medicina de urgência: passado, presente, futuro. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Santa Catarina, v. 33, n. 3, p. 15-17, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2002**. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, nov. 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.863, de 29 de setembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Atenção às Urgências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, set. 2003a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.864, de 29 de setembro de 2003**. Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões do território brasileiro: SAMU 192. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, set. 2003b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.657, de 16 de dezembro de 2004**. Estabelece as atribuições das Centrais de Regulação Médica de Urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das Centrais SAMU 192. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, dez. 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011**. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, jul. 2011.
- DIAS, Gabriel Coelho Brito; RÔLA JÚNIOR, Cristiano Walter Moraes; VASCONCELOS, Emanuel Carneiro de. Organização e legislação do atendimento pré-hospitalar. In: RÔLA, Kitt (org.). **Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios**. Fortaleza: IMAC, 2021. p. 72-85.
- MARTINS, P. P. **Atendimento pré-hospitalar: atribuição e responsabilidade de quem? Uma reflexão crítica a partir do serviço do corpo de bombeiros e das políticas de saúde “para” o Brasil à luz da filosofia das práxis**. 2004. 264 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- REBOUÇAS, Tatyane Oliveira; FÉLIX, Denilson; SOUSA, Isabelle Cerqueira. História do serviço de atendimento pré-hospitalar no Brasil e no mundo: atenção às urgências e emergências: pressupostos históricos à consolidação de uma política pública no Brasil. In: RÔLA, Kitt (org.). **Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios**. Fortaleza: IMAC, 2021. p. 10-24.
- RÔLA, Kitt (org.). **Emergência pré-hospitalar: cenários e desafios**. Fortaleza: IMAC, 2021. 461 p. ISBN 978-65-993219-9-3.